



## APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

DOI: <https://doi.org/10.4013/con.2024.201.ap>

Dr. Inácio Helfer (Editor-Chefe)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

[helfer@unisinos.br](mailto:helfer@unisinos.br)

<https://orcid.org/0000-0001-6809-9009>

Doutorando Jaison M. Partchel (Editor-Adjunto)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

[partchel.j@gmail.com](mailto:partchel.j@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-9384-2818>

Doutorando João Victor Rosauero (Editor-Adjunto)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

[joaorosauero@gmail.com](mailto:joaorosauero@gmail.com)

<https://orcid.org/0000-0002-0761-924X>

Dr. Castor M. M. Bartolomé Ruiz (Editor Convidado)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

<https://orcid.org/0000-0002-6826-1560>

Castor@unisinos.br

Dtda. Renata Adrian Ribeiro S. Ramos (Editora Convidada)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

RENATAADRIAN@edu.unisinos.br

<https://orcid.org/0000-0002-5596-6414>

Dtda. Denise Narli da Silveira (Editora Convidada)

Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Filosofia, São Leopoldo, RS, Brasil.

denisegracias@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/8079997841207353>

## **HANNAH ARENDT, PENSAR EM TEMPOS SOMBRIOS**

Hannah Arendt é uma pensadora que viveu tempos sombrios. Essa condição histórica tornou-se uma de suas principais motivações filosóficas, que a empurrou pensar criticamente o tempo presente a partir de uma genealogia do passado. Ainda que Arendt não tenha formulado de modo explícito o método genealógico para suas pesquisas, ela teve a audácia de mergulhar no passado de modo erudito e muito livre, para compreender criticamente o presente. Após a sua tese doutoral sobre o “Amor em Santo Agostinho”, dirigida por Karl Jaspers, os tempos de barbárie do nazismo levaram Arendt a se comprometer numa militância política antifascista, que a obrigaram a fugir da Alemanha para sobreviver e resistir, mas também provocaram nela um redirecionamento de seu pensar filosófico.

Arendt tinha iniciado suas pesquisas filosóficas sem grande entusiasmo pelas questões políticas, contudo os tempos sombrios que lhe cercaram obrigaram-na a fazer da filosofia uma forma crítica de pensar contra a barbárie. Para isso também contribuiu o fato de que ela ficou muito decepcionada ao ver como vários de seus professores se dobraram ao nazismo de modo servil. Neste contexto, já em exílio nos Estados Unidos, escreveu com paixão e brilhantismo a sua obra “As origens do totalitarismo”, que foi um divisor de águas na sua trajetória filosófica e acadêmica. Esta é uma obra de referência permanente para entendermos os diferentes elementos históricos através dos quais se constituíram os totalitarismos como forma absolutista de domínio total da vida. Mas também representa a consolidação de um projeto de

filosofia política ao qual Arendt permaneceria fiel ao longo de sua vida pessoal e a acadêmica. Obras posteriores tão significativas como “A condição Humana”, “Eichmann em Jerusalém”, “O que é política?”, “Sobre a violência”, “Sobre a revolução”, “A crise da cultura”, “Entre o passado e o futuro”, “O que é liberdade”, entre outros muitos trabalhos publicados, incluindo as obras póstumas sobre “O pensar, o querer e o julgar”, representam uma trajetória de vida acadêmica debruçada sobre a grande questão filosófica de entender criticamente o presente.

O pensamento de Arendt continua sendo um fermento na atualidade e nos instiga a assumir a sua própria metodologia filosófica, nos confrontando criticamente com o nosso presente. Isso torna o pensamento de Arendt um viveiro fecundo de novas ideias e produções que, seguindo as trilhas de Arendt, não se conformam com ser uma mera erudição acadêmica, mas pretendem contribuir para que a filosofia enriqueça o nosso olhar crítico do presente.

O atual número monográfico da revista *Controvérsia* dedicado a Hannah Arendt pretende ser uma contribuição na academia para a divulgação das pesquisas que oferecem aportes novos e significativos, não só sobre o pensamento de Arendt, mas sobre o como esse pensamento interpela a nossa própria realidade histórica.

Os artigos que aqui apresentamos foram aqueles aprovados, entre outros muitos, após a uma rigorosa dupla avaliação cega, seguindo todos os critérios exigidos para uma publicação acadêmica de excelência. Todos os trabalhos aqui publicados mergulham de modo significativo no pensamento de Arendt e o atualizam desde as diferentes perspectivas.

O texto “Hannah Arendt e a crise de identidade da filosofia”, de Carlos Almeida, investiga a recepção do problema da crise de identidade da filosofia do século XIX na obra de Hannah Arendt e seus desdobramentos, de modo a ampliar a compreensão de sua obra em diálogo com a tradição fenomenológica, por meio de sua análise à luz da crise da filosofia.

O artigo de Carolina Giovanetti do Amaral, “Um horizonte feminino em Arendt”, propõe demonstrar, a partir da revisão bibliográfica, como o sujeito arendtiano, na condição de original, capaz de ação e na imprevisibilidade, existe e age no ínterim do passado-futuro é o sustentáculo teórico dos principais quadros dessa última fase do feminismo.

O artigo de Elvis de Oliveira Mendes, “Hannah Arendt entre Marx e o marxismo” analisa como na visão de Arendt a ruptura presente no pensamento de Marx em relação a tradição da filosofia política acontece com base em um tipo de linguagem que é resultado da própria tradição. Portanto, os resultados práticos do pensamento marxiano e dos marxismos seriam consequência da tradição do pensamento político ocidental quando convertido numa *práxis* radical.

O artigo de Filipe Gabriel Benigno Silva e Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas , “Um olhar sobre a configuração dos direitos humanos dos migrantes forçados: Arendt, Agamben e a nova lei de migração”, tem como objetivo analisar se a presente configuração da legislação nacional e dos entes internacionais, sob o olhar das obras de Arendt e Agamben, demonstrando a capacidade protetiva dos direitos humanos das pessoas em migração forçada.

O artigo de João Victor Pinto Gonçalo de Souza, Rebeka Cristina Rosa Borges e Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas, “An arendtian reading of political action and amor mundi in the public space”, visa a articular as nuances do conceito arendtiano de ação, sobre o entendimento do agir humano dentro do espaço público, analisando como a dimensão política do conceito arendtiano de ação está ligada à busca da liberdade do indivíduo no espaço público.

O artigo de Mário Sérgio de Oliveira Vaz e Maria Fernanda dos Santos, “A ação humana e a natureza: uma reflexão a partir de Hannah Arendt”, apresenta algumas considerações acerca do entrecruzamento do pensamento político de Hannah Arendt e a questão da natureza, sustentando a hipótese de que para Hannah Arendt, a imagem adotada da natureza – ao menos desde a época moderna –, e as ações cometidas a partir desta compreensão, afetam diretamente nossa existência política.

O artigo de Mayara Mara Teixeira Rodrigues e Ricardo George de Araújo Silva, “Diagnóstico arendtiano acerca da modernidade: o ocaso da política e a administração da vida”, propõe-se a refletir, no rastro de Arendt, sobre o declínio da política na modernidade diante de sua redução à administração da vida e das necessidades vitais. Discutindo a “moderna alienação do mundo” fomentada pela ascensão do trabalho e da vida, e refletindo sobre a redução da política à administração da vida diante do advento do social e da vitória do *animal laborans*. Tais categorias nos permitem observar o ocaso da política na era moderna e a sua transformação em biopolítica,

O artigo de Paulo Henrique Araújo da Silva e Victor Sales Pinheiro, “O direito a ter direitos como uma teoria do reconhecimento: a dignidade humana construída a partir da noção de corporeidade”, discute o direito a ter direitos, compreendido como a formulação de uma personalidade jurídica a partir da qual são atribuídos direitos legais aos indivíduos, com a hipótese de que o direito a ter direitos pode vir a ser interpretado como uma teoria da dignidade humana à medida em que, para ser efetivado, depende de uma moralidade que permita o reconhecimento mútuo entre os indivíduos e que perceba o corpo como um limite que deve ser respeitado.

O artigo de Richard de Lima Gazzola, “Hannah Arendt: O mal e a atomização do sujeito”, analisa como o mal não deve ser um fenômeno político, todavia com a ascensão dos movimentos totalitários e outros fenômenos de ruptura com o fio da tradição, esse problema passa a ocupar a dimensão da vida

pública. Desta forma, o objetivo de Arendt é tentar compreender as condições para se pensar o mal enquanto fenômeno político, assim como aquilo que lhe fundamenta e garante legitimidade.

O artigo de Theo Villaça, “Hannah Arendt e a busca por uma fonte imanente e secular de autoridade”, mostra a relevância das reflexões de Hannah Arendt sobre a possibilidade de encontrar uma fonte de autoridade na política que não se remeta a algo que esteja acima dessa esfera, localizando a fonte da autoridade depois que qualquer tentativa de colocá-la na dimensão transcendente foram descartadas a partir da secularização, com os exemplos das revoluções modernas francesa e americana e apontando a organização política espontânea dos conselhos como uma tentativa de resolução da questão da autoridade, na medida em que busca conciliá-la com a igualdade.

Agamben, um grande leitor e continuador, em parte, de várias teses de Arendt, entende que a consciência crítica do presente acontece quando conseguimos iluminar a sombria normalidade em que estamos submersos cotidianamente. Nesse caso, a leitura do pensamento de Arendt nos desafia a projetar uma luz crítica sobre os tempos sombrios de nosso presente. Confiamos que a leitura dos diferentes trabalhos deste número contribua para que tal desafio se concretize.